



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UEL
(Mandato 2016-2019)

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL UEL
ANO BASE 2019

Londrina – PR Março/2020

DADOS DA MANTENEDORA

Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI

Pessoa Jurídica de Direito Público Estadual

CNPJ - 77.046.951/0001-26

Endereço - Avenida Prefeito Lothário Meissner, 350 Jardim Botânico CEP 80210 170

Município - Curitiba – PR Fone - +55 (41) 3281 7300

www.seti.pr.gov.br

DADOS DA MANTIDA

Universidade Estadual de Londrina – UEL CNPJ - 78.640.489/0001-53

Rodovia - Celso Garcia Cid PR-445, Km 380 Campus Universitário – Caixa Postal

10.011 CEP - 86057-970

Município - Londrina – PR Fone +55 (43) 3371-4000

www.uel.br

REITORIA

Reitora Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho Vice-Reitor Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN - Prof. Dr. Mário Sérgio Mantovani

Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD - Prof^a. Dr^a. Marta Regina Gimenez Favaro

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG - Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfieri

Pró-Reitoria de Extensão – PROEX – Prof^a. Dra. Mara Solange Gomes Dellarozza

Pró-Reitoria de Administração e Finanças – PROAF – Prof. Ms. Azenil Staviski

Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PRORH - Itamar André Rodrigues do Nascimento

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UUEL

(Mandato 2016-2019)

(Portarias nº 7085/16; 146 e 147/2017; 3369/17; 5848/17; 3515 e 3516/18; 3345/18 e 3138/19)

Presidente: Prof. Dr. Henrique de Santana (CCE)

Vice-Presidente: Profª. Drª. Lucy Megumi Yamauchi Lioni (CCB)

1. MEMBROS TITULARES

- Representantes Docentes

Profª. Dra. Ana Cláudia Saladini (CEFE)

Profª. Drª. Cândida Alayde de Carvalho Bittencourt (CECA)

Prof. Dr. José Roberto Pinto de Souza (CCA)

Profª. Drª. Joice Mara Cruciol (CCS)

Profª. Drª. Maria Bernadete de Moraes França (CTU)

Prof. Ms. Miguel Belinati Piccirillo (CESA)

Prof. Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (CLCH)

- Representante Técnico Administrativo

Felipe Caldonazzo de Almeida Pereira (BC)

2. MEMBROS SUPLENTES

- Representantes Docentes

Prof. Dr. Carlos Eduardo Caldarelli (CESA)

Profª. Drª. Ednéia Consolin Poli (CECA)

Profª. Drª. Juliana Bayeux Dascal (CEFE)

Profª. Drª. Maria Inês Rezende (CCE)

Profª. Drª. Milena Kanashiro (CTU)

Profª. Drª. Fernanda Pacheco Lassance (CCB)

Prof. Dr. Otávio Jorge Grigoli Abi Saab (CCA)

Profª. Drª. Marcia Rorato (CLCH)

- Representantes Técnicos Administrativos

Daniel Souza de Oliveira Correa (SEBEC)

Luís Roberto Augusto de Jesus (HU)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/UUEL

(Mandato 2016-2019)

3. Representante da Sociedade Civil Organizada

Patrícia Eliane da Rosa Sardeto (OAB)

4. Representante Discente

Aguardando indicação.

LISTA DE SIGLAS

AEHU	Ambulatório de Especialidades do Hospital Universitário
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BC	Biblioteca Central
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Ciências Exatas
CLCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes
CEE/PR	Conselho Estadual de Educação do Paraná
CEFE	Centro de Educação Física e Esporte CEPE Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CTU	Centro de Tecnologia e Urbanismo
CU	Conselho Universitário
CUIA	Comissão Universidade para os Índios
DAAI	Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FOPE	Fórum Permanente das Licenciaturas
GEPE	Grupo de Estudos em Práticas de Ensino
HURNP	Hospital Universitário Regional Norte do Paraná
IES	Instituto de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LIBRAS	Língua brasileira de sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NAC	Núcleo de Acessibilidade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBID	Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROAF	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPE	Programa de Apoio ao acesso e Permanência para Formação do Estudante
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PRORH	Pró-Reitoria de Recursos Humanos
SEBEC	Serviço de Bem-Estar à Comunidade
SEAES	Sistema Estadual de Avaliação do Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEL	Universidade Estadual de Londrina

1. INTRODUÇÃO

Instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a instância responsável pela realização da autoavaliação, com a finalidade de buscar o amplo conhecimento da prática institucional, de forma integrada e global, para que se aprimore a qualidade e se afirmem compromissos, políticas e valores.

Com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, e se valendo de sua autonomia determinada por lei, a CPA deve, por meio do processo autoavaliativo, proporcionar o autoconhecimento e refletir sobre as dimensões e práticas institucionais.

Esse processo se inicia com a reflexão, avança com o esforço coletivo e resulta em descobertas que reafirmam ou não caminhos e práticas, sempre com um olhar pedagógico, pois constrói conhecimentos, subsidia tomadas de decisões e pode consolidar as finalidades da autoavaliação: a efetividade acadêmica e a eficiência institucional.

As ações, métodos e procedimentos empregados na Instituição de Ensino Superior (IES), devem efetivamente contribuir para o alcance das suas finalidades, ou seja:

- Melhorar a qualidade, aumento da eficiência institucional e efetividade acadêmica, considerando a missão e responsabilidade social da IES;
- Assegurar a avaliação em todas as dimensões da IES, com o uso dos resultados para o permanente aperfeiçoamento das estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades das IES e de seus cursos;
- Garantir a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das IES e da sociedade civil na avaliação e validação de seu compromisso com a Educação Superior;
- Expressar a atuação efetiva e sistemática da CPA, com base em procedimentos metodológicos de rigor científico, com investimento em recursos humanos e infraestrutura tecnológica, para o desenvolvimento de suas ações de condução da avaliação interna e de acompanhamento da avaliação externa;
- Evidenciar a articulação entre os processos avaliativos internos externos com os processos institucionais de planejamento e gestão.

A concepção da avaliação busca o respeito à autonomia, à identidade, à missão e à história das instituições – expectativas que podem ser alcançadas com a centralidade da avaliação interna.

Nesse contexto, as IES devem orientar e reorientar sua gestão de forma contínua, de modo a ajustar seu curso de ação para o alcance dos objetivos desse tipo de organização educacional. A adequada gestão baseada em evidências deve-se sobretudo ao ambiente dinâmico em que se inserem as IES, considerando-se, em especial, o atendimento das expectativas da comunidade acadêmica, parceiros institucionais, e sociedade em geral, observados os relevantes resultados da ação da IES no seu contexto de inserção local, regional, nacional e internacional.

A CPA reveste-se da atribuição fundamental de ser a avaliadora interna da IES. Assim, no contexto da gestão da IES e do trabalho da CPA, surge a questão fundamental da utilização dos resultados gerados pela CPA como insumo para o processo de gestão, observado que a avaliação interna se relaciona intimamente com o dimensionamento do alcance dos fins e objetivos das instituições e, conseqüentemente, do atendimento das expectativas sobre a atuação da IES.

O planejamento, na história da UEL, apresenta ênfase no ensino de graduação associado às diferentes atividades que, gradativamente, incorporaram o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

Por conta de sua inserção numa região agrícola, possui dois Órgãos Suplementares – o Hospital Veterinário e a Fazenda Escola – que, além das atividades de ensino e pesquisa voltadas para cursos específicos da área – Medicina Veterinária, Agronomia e Zootecnia – mantêm serviços e programas destinados ao pequeno produtor, à agricultura familiar, à agroecologia e à agroeconomia.

A UEL também mantém uma estreita relação com a Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio, inclusive o técnico profissionalizante), quer seja por meio de um dos seus mais antigos Órgãos Suplementares – o Colégio de Aplicação – quer pelas Licenciaturas que desenvolvem intensa atividade nas redes públicas de ensino municipal e estadual.

Ainda no âmbito do ensino, há de se ressaltar o órgão de apoio Laboratório de Línguas, que oferece cursos nas línguas inglesa, francesa, espanhola, alemã, entre outras., inclusive na modalidade “instrumental”, tanto para a comunidade interna como para a externa. Esses cursos são oferecidos a preços reduzidos e simbólicos, quando comparados com cursos de

línguas em escolas particulares, favorecendo a participação e acesso à formação em língua estrangeira para a comunidade regional mais carente.

No que diz respeito ao patrimônio natural e à preservação ambiental, vários Departamentos da UEL, especialmente das áreas de biologia, agronomia, zootecnia, geografia, ciências sociais, tem desenvolvido projetos integrados voltados para intervenções na região.

A UEL contribui com o atendimento de saúde à população londrinense e regional devido à sua inserção no Sistema Único de Saúde (SUS) por seus Órgãos Suplementares – Hospital Universitário e seu Ambulatório de Especialidades (AEHU), Clínica Odontológica Universitária (COU), a Bebê Clínica e o Laboratório de Medicamentos, por meio de convênios com a Prefeitura Municipal e contratualização com a rede de saúde estadual. Desse modo, contribui para a melhoria do sistema público de saúde com a oferta de vagas em diversas especialidades clínicas e cirúrgicas de alta e média complexidade para pacientes do SUS como órgãos de referência em toda a região.

Considerando o processo de consolidação do ensino superior estadual, a UEL passou pelos processos de avaliação *in loco*, durante o ano de 2019, dos cursos de Biblioteconomia, Artes Cênicas e Línguas, modalidade espanhol. O processo de Recredenciamento Institucional da EAD-UEL foi conduzido pela Comissão de avaliadores do Estado do Paraná, instituída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), ato que se tornou obrigatório a partir de 2017 para todas as IES do Paraná.

Considerando esse conceito dinâmico de autoavaliação e desenvolvimento institucional, nesse relatório, referente ao ano base de 2019, optou-se por realizar o processo de autoavaliação dos cursos de graduação da UEL, levando em conta os apontamentos do relatório integral da CPA – 2017 e do PDI da UEL, recentemente revisto. Buscou-se com essa ação, uma análise e discussão dos resultados obtidos pelos instrumentos aplicados aos cursos de graduação e que visaram coletar insumos e expor as percepções dos Colegiados dos Cursos de Graduação que passaram ou não pelo processo de avaliação *in loco*.

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os processos de autoavaliação da UEL são realizados com base nos princípios do SINAES (Lei Federal nº. 10.861, de 14 de abril de 2004) e coordenados de forma exclusiva e autônoma pela CPA, conforme previstos no seu Regulamento Próprio (Resolução CU N° 036, de 24 de junho de 2016).

A avaliação dos cursos está pautada nas condições de ensino ofertadas ao corpo discente, como preconiza a legislação relacionada ao SINAES e, “em especial, as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica”. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) orienta a CPA a conduzir seu processo avaliativo observando as 10 dimensões do SINAES, quais sejam:

- I. A missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI);
- II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
- III. A responsabilidade social da instituição;
- IV. A comunicação com a sociedade;
- V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- VI. A organização e a gestão da instituição;
- VII. A infraestrutura física;
- VIII. O planejamento e a avaliação;
- IX. As políticas de atendimento aos estudantes;
- X. A sustentabilidade financeira.

Sendo assim, a autoavaliação tem como princípio uma avaliação global, a partir de um conjunto integrado de indicadores de qualidade que compreenda toda a realidade da IES, incluindo os cursos oferecidos. Para proporcionar uma percepção abrangente e relacionar a avaliação institucional com a dos cursos, observa-se especialmente as dimensões 2 (ensino, pesquisa e extensão), 4 (comunicação) e 9 (atendimento ao discente).

Dentre as formas possíveis de avaliação interna sob o escopo da CPA, interessamos abordar as ações autoavaliativas referentes à implementação e funcionamento dos cursos. Ações que, ao formarem uma perspectiva objetiva e mensurável sobre o ritmo e forma de concretização dos compromissos institucionais assumidos nos planos e diretrizes iniciais das IES, ampliam a eficiência dos julgamentos e decisões a serem tomadas pelas equipes de gestão acadêmica. A CPA pode fazer isso por meio dos seus próprios esforços de investigação avaliativa ou apresentando os resultados das avaliações externas aos gestores.

No rol de aspectos passíveis de serem focalizados pela CPA, alguns são especialmente dignos de atenção, pelas vantagens que essa Comissão tem em acessá-los e compará-los aos de avaliações externas, e pela utilidade que proporcionam junto aos processos de gestão. Neste sentido, as verificações relativas ao nível de eficiência do apoio ao discente, a

qualidade da mediação pedagógica e do serviço docente/tutorial e, no caso da modalidade de Ensino à Distância (EaD), o nível de interatividade proporcionado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) desenvolvidos para os cursos, são alguns exemplos.

Importante ressaltar que a CPA pode conduzir suas ações de coleta de dados com o uso de diferentes técnicas, dentre as quais a sondagem nos bancos de dados e registros administrativos, a aplicação de questionários, a execução de entrevistas e a mobilização de grupos focais com representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica. No que diz respeito às formas de divulgação, a CPA pode definir a linguagem e os formatos mais adequados considerando os atores a serem informados e comprometidos com as correções ou aperfeiçoamentos necessários, organizando a construção de indicadores, na promoção de eventos e até mesmo apenas na sistematização ou esquematização dos resultados obtidos sob a forma de textos e painéis.

No que tange à gestão dos cursos, os maiores desafios de uma CPA tendem a ser de ordem mais específica, garantindo que a disseminação e apropriação da cultura e tecnologias avaliativas se convertam em ações de racionalização da gestão e de qualificação das decisões e do planejamento, nas esferas organizacionais e didático-pedagógicas. Ou seja, a CPA, quando legitimada por uma atuação técnica de caráter formativo, pode contribuir fortemente para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, conferir visibilidade aos problemas, dimensionar seus efeitos e contribuir para sua resolução, sob as formas mais precisas possíveis.

Desta forma, a cooperação dos coordenadores dos Colegiados dos Cursos de Graduação é fundamental na coleta de informações significativas a respeito de seus respectivos cursos, na sensibilização do corpo docente e discente do curso para o processo avaliativo interno, e para tornar o processo de apropriação dos resultados mais eficiente, bem como se valer dessa instância, para demandar questões oriundas do curso e de seus atores.

Segundo os documentos orientadores do INEP (Art. 43, inciso II, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser um documento público, ou seja, de fácil acesso ao aluno ou qualquer pessoa interessada em obter informações sobre o curso. O seu objetivo é apresentar o curso para a comunidade em detalhes: o perfil a ser formado, as disciplinas a serem cursadas, os estágios, os docentes envolvidos, a avaliação discente, o corpo técnico e a integração com a sociedade civil. Sua construção também pode ser participativa e considerar as contribuições dos diferentes segmentos envolvidos.

O PPC pode ser definido como um documento orientador de um curso, que traduz as políticas acadêmicas institucionais com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Entre outros elementos, é composto por: conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas para o perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

Para a confecção do PPC, a IES deve observar a legislação e os seguintes documentos institucionais:

- Lei 9.394/96 – LDB;
- Lei 10.861/2004 – SINAES;
- Decreto nº 9.235/2017;
- Portaria MEC nº 840/2018 – e-MEC, BASis, ENADE;
- Parecer CNE/CES nº 583/2001 - Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação;
- Parecer CES 277/2006 – organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação;
- Instrumentos do INEP para “Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos”;
- Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC;
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

As informações constantes no PPC devem evidenciar os seguintes princípios:

1. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
2. Interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas;
3. Flexibilização curricular;
4. Contextualização e criticidade dos conhecimentos;
5. Ética como orientação das ações educativas;
6. Prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

A Deliberação nº. 01/2017 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR), que fixa as normas para as IES mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná, em seu artigo 10º especifica que os atos de regulação das IES incluem:

- I. Credenciamento e credenciamento da instituição;
- II. Reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, superiores de tecnologia e sequenciais de formação específica;
- III. Autorização de funcionamento de curso;
- IV. Alteração do Projeto Pedagógico de Cursos.

O instrumento de avaliação do Sistema Estadual de Avaliação do Ensino Superior (SEAES, 2017) para os cursos de graduação licenciatura, bacharelado e tecnólogo, presencial e EaD, destaca que os avaliadores devam relatar os seguintes itens durante a visita *in loco*:

- Como se desenvolve o processo de construção/implantação/consolidação do PPC;
- Sobre a coerência entre o PPC apresentado e os seguintes aspectos: contexto educacional e necessidades locais/regionais, missão da instituição, DCNs, PDI e perfil do egresso;
- Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso.

Em relação a dimensão organização didático-pedagógica, segundo o instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e à distância do SINAES (Brasília-DF, outubro 2017) para autorização de curso, os seguintes critérios devem ser considerados para avaliação dos cursos:

- Políticas institucionais no âmbito do curso
- As políticas institucionais de ensino, pesquisa (quando for o caso) e extensão, constantes no PDI, devem estar previstas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, pressupondo práticas exitosas ou inovadoras para a sua revisão.
- Objetivos do curso
 - Os objetivos do curso devem estar previstos no PPC, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto

educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

- Perfil profissional do egresso
 - O perfil profissional do egresso deve estar previsto no PPC, de acordo com a respectiva DCN (quando houver), expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente e inserido no contexto de necessidades locais e regionais, havendo planejamento para sua ampliação em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.
- Estrutura curricular
 - A estrutura curricular, prevista no PPC, deve considerar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), evidenciar a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e os mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), explicitar claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresentar elementos comprovadamente inovadores.
- Conteúdos curriculares
 - Os conteúdos curriculares, previstos no PPC, devem possibilitar o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerar a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, as que diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.
- Metodologia
 - A metodologia, prevista no PPC (e de acordo com a DCN, quando houver), deve atender ao desenvolvimento de conteúdos necessários à

formação específica do curso, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, e incorporar práticas pedagógicas que estimulem a ação discente na relação teoria-prática, de forma claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área.

- Estágio curricular supervisionado
 - O estágio curricular supervisionado deve estar previsto e contemplar carga horária adequada, relação orientador/aluno compatível com as atividades, coordenação, supervisão, existência de convênios, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerar as competências previstas no perfil do egresso e a interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, com geração de resultados para a atualização das práticas de estágio.
- Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica Obrigatório para licenciaturas.
 - Este estágio deve estar previsto e possibilitar a vivência da realidade escolar de forma integral, a participação em conselhos de classe/ reuniões de professores, a relação com a rede de escolas da educação básica, prevendo-se registro acadêmico, planejamento e acompanhamento pelo docente da IES (orientador) nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, e inclusão de práticas inovadoras para a gestão da relação entre a IES e a rede de escolas da educação básica.
- Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática obrigatória para licenciaturas.
 - Este estágio curricular deve estar previsto e possibilitar a relação teoria e prática, contemplar a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e

avaliação realizadas pelos docentes da educação básica, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos, a criação e divulgação de produtos que articulem e sistematizem a relação teoria e prática, com atividades exitosas ou inovadoras.

- Atividades complementares
 - As atividades complementares devem estar previstas e considerar a carga horária, a diversidade de atividades e as formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e o planejamento de mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.
- Trabalho de conclusão de curso (TCC)
 - O Trabalho de Conclusão de Curso deve estar previsto e considerar carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.
- Apoio ao discente
 - A previsão de apoio ao discente contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais, e ações inovadoras.
- Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa
 - A gestão do curso deve ser planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso.
- Atividades de tutoria
 - As atividades de tutoria previstas devem contemplar o atendimento às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, considerando

a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, com planejamento de avaliação periódica por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

- Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria
 - Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria devem estar previstos adequadamente para que as atividades e ações estejam alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias previstas para o curso, com planejamento de avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.
- Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem
 - As TICs devem ser planejadas para o processo de ensino-aprendizagem de modo que possibilitem a execução do projeto pedagógico do curso, viabilizem a acessibilidade digital e comunicacional e a interatividade entre docentes, discentes e tutores (estes últimos, quando for o caso), assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e propiciar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.
- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
 - O AVA, quando previsto no PPC, deve apresentar materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitam desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e a previsão avaliações periódicas devidamente documentadas, de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados em ações de melhoria contínua.

- Material didático
 - O material didático descrito no PPC, deve ser disponibilizado aos discentes, deve ter previsão de elaboração ou de validação por uma equipe multidisciplinar (no caso de EaD) ou equivalente (no caso presencial), possibilitar o desenvolvimento da formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, e prever linguagem inclusiva e acessível, com recursos inovadores.
- Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
 - Devem estar previstos para os processos de ensino-aprendizagem, atender à concepção do curso definida no PPC, possibilitar o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e implicar informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, com ações concretas planejadas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.
- Número de vagas
 - O número de vagas para o curso está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente (e tutorial, na modalidade a distância) e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa (esta última, quando for o caso).
- Integração com as redes públicas de ensino
 - Os convênios e ações previstas devem possibilitar integração com a rede pública de ensino, viabilizar o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, prevendo-se que as experiências sejam documentadas, abrangentes e consolidadas, com

resultados relevantes para os discentes e para as escolas de educação básica, e planejando ações inovadoras.

- Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)
 - A integração do curso com o SUS deve se dar por intermédio de convênio, previsto conforme a DCN e/ou o PPC, viabilizar a formação do discente em serviço e possibilitar sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais, considerando diferentes cenários da rede de atenção em saúde e com nível de complexidade crescente.
- Atividades práticas de ensino para áreas da saúde
 - As atividades práticas de ensino previstas devem apresentar conformidade com a DCN do curso, com regulamentação para a orientação, supervisão e responsabilidade docente, possibilitando a inserção nos cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino), com o desenvolvimento de competências específicas da profissão, relacionadas ao contexto de saúde da região.
- Atividades práticas de ensino para licenciaturas
 - As atividades práticas de ensino previstas devem estar em conformidade com as DCN da educação básica, da formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura, em articulação com o PPC, estarem distribuídas e relacionar teoria e prática de forma reflexiva durante todo o curso.

Considerando a dimensão 2, destacamos abaixo o indicativo referente ao Núcleo Docente Estruturante – NDE:

O NDE deve possuir no mínimo 5 docentes do curso; seus membros atuarão em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação *stricto sensu*; tem o coordenador de curso como integrante; atuará no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e planeja procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte.

3. METODOLOGIA DE AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

No final de 2018, seguindo a Meta III - **FORTALECER O ENSINO DE GRADUAÇÃO**, ação 1 - Promover avaliação e atualização contínua dos projetos pedagógicos dos cursos apontadas pelo PDI, iniciou-se a implementação do Sistema de Autoavaliação dos Cursos de Graduação da UEL, por meio de:

- Oficinas de trabalho, em parceria com a DAAI-Proplan, visando a orientação sobre o Instrumento de Avaliação do SEAES dos cursos de graduação, bacharelado e licenciatura presencial, em cada um dos Centros de Estudos;
- Recebimento dos Instrumentos preenchidos pelos Cursos e seus respectivos membros;
- Análise dos dados referentes a Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica, considerando o relatório integral da CPA – 2017 e as metas e ações do PDI da UEL, recentemente revistas.

INDICADORES AVALIADOS – Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica

1. *Contexto educacional;*
2. *Políticas institucionais no âmbito do curso;*
3. *Objetivos do curso;*
4. *Perfil profissional explicitado no Projeto Pedagógico de Curso – PPC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais;*
5. *Perfil profissional do egresso (específico para os cursos sem DCNs, considerando o artigo 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDEBN);*
6. *Estrutura curricular;*
7. *Estrutura curricular – cargas horárias das dimensões curriculares dos componentes comuns;*
8. *Conteúdos curriculares – item não avaliado pela CPA;*
9. *Atividades de ensino, pesquisa e extensão no Projeto Político Pedagógico de curso – PPC;*
10. *Metodologia(s) de ensino para todos os demais cursos, exceto os da área de saúde;*

11. *Metodologia;*
12. *Estágio curricular supervisionado;*
13. *Estágio curricular;*
14. *Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação;*
15. *Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciando, professores e supervisores da rede de escolas da Educação Básica;*
16. *Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática;*
17. *Estágio Curricular Supervisionado e relações de características de perfil profissional (aquisição de habilidades e competências) com as demais disciplinas componentes do currículo pleno do curso;*
18. *Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, (artigo 13, IV, da Resolução CNE/CP nº 2/2015 – atividades complementares);*
19. *Trabalho de conclusão de curso (TCC);*
20. *Apoio ao estudante;*
21. *Quando a coordenação de curso (ou equivalente) utiliza, de maneira excelente, os mecanismos próprios e/ou institucionais de acompanhamento e incentivo ao egresso do curso;*
22. *Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso;*
23. *Atividades de tutoria;*
24. *Tecnologias de informação e comunicação – TICs - no processo ensino aprendizagem conforme o PPC;*
25. *Material didático institucional;*
26. *Mecanismos de interação entre professores, tutores e estudantes;*
27. *Procedimentos de avaliação dos processos de ensino aprendizagem;*
28. *Número de vagas – item não avaliado pela CPA;*
29. *Integração com as redes públicas de ensino;*
30. *Número de vagas em relação ao total de leitos na(s) unidade(s) hospitalar(es) própria(s) ou conveniada(s) para cada vaga oferecida no vestibular do curso;*

31. *Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/ SUS – relação estudantes/professor;*
32. *Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS – relação estudantes/usuário;*
33. *Atividades práticas de ensino;*
34. *Atividades práticas de ensino para áreas da saúde;*
35. *Atividades práticas de ensino para licenciaturas;*
36. *Processos de formação voltados a educação em saúde na prática profissional e atividade na comunidade;*
37. *Processo de formação em gestão na saúde;*
38. *Articulação entre a graduação em Medicina e os programas de residência próprios e/ou em parceria, conforme o PPC;*
39. *Responsabilidade social;*
40. *Integração do curso com a comunidade loco-regional;*
41. *Segurança do paciente como componente curricular;*
42. *Formação Inter profissional e/ou interdisciplinar do estudante;*
43. *Participação dos estudantes no acompanhamento e avaliação do PPC;*
44. *Programa de formação permanente para profissionais e preceptores não professores da área de saúde.*

A UEL é organizada em nove Centros de Estudos, nos quais são ofertados 50 cursos de graduação presenciais (bacharelado e licenciatura). No quadro a seguir estão apresentados os Cursos e os Centros que participaram da autoavaliação.

FORMULÁRIOS RECEBIDOS

UNIDADE	CURSO
CCA	Agronomia
	Medicina Veterinária
	Zootecnia
CCB	Biomedicina
	Psicologia
	Ciências Biológicas (Licenciatura e Bacharelado)
CEFE	Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)
CECA	Biblioteconomia
	Artes Cênicas
	Jornalismo
	Pedagogia
	Arquivologia
	Design de Moda
	Artes Visuais
	Relações Públicas
CTU	Arquitetura e Urbanismo
	Engenharia Elétrica
CESA	Administração
CLCH	Ciências Sociais
	História
	Filosofia
	Letras Português

4. AVALIAÇÃO DA CPA-UEL

Em relação aos itens avaliados da Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica, a maior parte do material recebido pelos cursos indicaram as seguintes fragilidades:

- As devolutivas apresentaram uma descrição superficial sobre o contexto educacional do curso, frente as necessidades da região e os mecanismos de inserção do egresso, bem como os cenários das práticas, conforme documento orientador;
- Não foram contempladas as políticas institucionais no âmbito do curso constantes no PDI (Metas III a VIII) ou sua integração ao PPC do curso. Da mesma forma, não foi esclarecido se existem ações do curso para revisão destas políticas;
- Em relação aos objetivos, não foram apresentadas as atividades e ações descritas no PPC para atingir o perfil profissional, em conformidade com as DCN do curso de graduação e com o contexto educacional;
- Observou-se dificuldade dos cursos em correlacionar o perfil definido no PPC, em conformidade com as DCN do curso, com a estrutura curricular, com a existência de componentes curriculares que contemplem as competências e habilidades, além do contexto educacional loco regional no qual se insere o curso;
- Não foi possível avaliar, conforme documento orientador, a curricularização da extensão, uma vez que os estudos para a sua implantação ainda estão sendo realizados na IES;
- As descrições dos programas/projetos existentes e que estão em consonância com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e definidas no PPC, não foram adequadamente apresentadas;
- Em relação à acessibilidade plena, não ficou claro se a metodologia está em consonância com as estratégias e atividades educacionais relacionadas ao ensino, em especial a ausência de barreiras pedagógicas, atitudinais, digitais, estruturais e nas comunicações;
- As atividades previstas no estágio curricular supervisionado foram contempladas de maneira adequada, no entanto, não foram descritas as relações dessas para a constituição do perfil profissional;

- Poucos cursos descreveram de que forma as ações de apoio ao estudante são realizadas; entendeu-se que os serviços de atendimento estudantil são pouco conhecidos pela comunidade e, em alguns casos, quantitativamente insuficientes;
- A maioria dos cursos não apresentou mecanismos efetivos de acompanhamento do egresso, considerando o previsto no PDI e Perfil Profissional que consta no PPC;
- Não há clareza a respeito do papel do NDE quanto à participação no processo de avaliação do PPC, tendo em vista os processos de avaliação externa e autoavaliação;
- Não foram apresentadas estratégias do NDE para envolver os discentes nos processos continuados de avaliação do PPC;
- Os cursos ainda enfrentam dificuldades para ofertar experiências de ensino e de aprendizagem com a utilização as TIC's. Estas dificuldades podem ser explicadas, considerando o entendimento e a compreensão do que elas sejam, pois alguns exemplos apresentados pelos respondentes não são considerados TICs;
- Não ficou evidente a existência de uma concepção clara sobre avaliação no PPC de alguns cursos. As respostas foram incipientes com relação:
 - Aos processos de avaliação possuem caráter diagnóstico, formativo e processual, buscando o equilíbrio entre os aspectos qualitativos e quantitativos, demonstrando que os procedimentos de avaliação/verificação de aprendizagem continuam tradicionais e sem análise pormenorizada ou intervenções do colegiado/NDE;
 - Se o curso utiliza metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso em si, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular;
 - Se há garantias de acessibilidade plena nas avaliações, assim como, se há seu desenvolvimento por meio de métodos e instrumentos diversificados;
 - Se há garantias de adequação dos instrumentos de avaliação conforme a natureza das atividades (teórica, prática e de estágio curricular supervisionado);
- Os cursos descreveram parcialmente as ações que são realizadas para atender o item responsabilidade social. Torna-se necessário discutir o papel dos atores da IES (docentes, discentes e colegiados) nas ações que oportunizam a comunidade acadêmica no exercício da responsabilidade social;

- Referiram que o fomento é reduzido para políticas de apoio a permanência de alunos nos cursos;
- Relataram que há pouco estímulo para a disseminação de cultura inovadora;
- Observou-se grande heterogeneidade entre as turmas de estágio quanto às ações pedagógicas implementadas pelos docentes orientadores; a vivência na escola de forma integral não ocorre para todos os estudantes uma vez que há casos em que as atividades são bastante restritas; aulas teóricas do estágio geralmente não contribuem para a vivência na escola, com textos não relacionados à prática, enquanto se esperava a discussão de aspectos mais práticos, abordando formas de lidar com os desafios encontrados;
- Observou-se relatos de pouco interesse do docente pela formação continuada na dimensão didático/pedagógica;
- As metodologias de ensino aplicadas, ainda se concentram na transmissão de conteúdo e levam a altos índices de retenção em diversas disciplinas o que pode contribuir para um alto índice de evasão;
- Com a reformulação curricular foram criadas habilitações em alguns cursos que ainda se encontram em fase de implantação, exigindo um maior acompanhamento institucional em relação às novas legislações vigentes;
- Algumas devolutivas demonstraram desconhecimento sobre os processos de interdisciplinaridade e interprofissionalismo desenvolvidos no curso;
- Observou-se uma lacuna sobre as relações entre graduação e pós-graduação, como por exemplo, a integração do pós-graduando e sua inserção em atividades inerentes ao ensino/pesquisa/extensão na graduação;
- Observou-se que os projetos de ensino, pesquisa e extensão nem sempre estão integrados ao PPC vigente.

Por outro lado, em relação aos itens avaliados da Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica, a maior parte do material recebido pelos cursos indicaram as seguintes fortalezas:

- Nas licenciaturas, os convênios e parcerias, bem como as atividades desenvolvidas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, laboratórios de ensino e a Residência Pedagógica, evidenciaram o papel social da

UEL e sua inserção na formação inicial e continuada de professores da rede pública e particular de Londrina e região. Ainda no cenário de formação, destacaram-se o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, o Fórum Permanente dos Cursos de Licenciatura – FOPE. Como instâncias de apoio ao estudante, destacaram-se o Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para a Formação do Estudante – PROPE, o Núcleo de Acessibilidade – NAC, a Comissão Universidade para Índios – CUIA. O GEPE (Grupo de Estudos em Práticas em Ensino) que tem se ocupado da formação do professor e promovido um trabalho de conscientização dos elementos presentes na relação pedagógica.

- Os programas de iniciação científica, extensionistas e tecnológicos estão consolidados na Instituição;
- A UEL tem convênio com instituições e empresas nacionais e internacionais renomadas, e com ótima aceitação dos nossos acadêmicos;
- Com as atividades de atendimento clínico na rotina do HV e com a prestação de serviço dos laboratórios de diagnóstico, há interação direta com a comunidade loco-regional;
- A UEL oferece diferentes programas de apoio ao discente, como: apoio psicopedagógico no NAC; Programa Moradia divulgado pelo SEBEC, participação ativa do PROPE para permanência dos alunos e/ou alguma intercorrência quanto a *bullying* e discriminação, e também apoio da instituição e dos colegiados dos cursos ao passe livre para o transporte dos estudantes; divulgação e apoio aos cursos de nivelamento oferecidos pelos programas de ensino tecnológico (PET), bem como apoio aos centros acadêmicos que participam de forma efetiva nas reuniões, preparação das semanas acadêmicas e outros eventos dos cursos;
- As responsabilidades social e cultural estão representadas de diferentes formas nos cursos da UEL, os quais apresentam uma ótima inserção social, com participação ativa na vida cultural e educacional da cidade, com projetos de extensão e colaboração na organização de alguns festivais (Londrix, FILO e Festival de Música);
- Alguns cursos têm ofertado metodologias ativas, com por exemplo: Método dos Projetos, Projeto Integrador, que trazem maior integração entre alunos, docentes e comunidade e tornam o aluno mais ativo na construção do seu conhecimento;

- Oportunidades de participação, planejamento e execução de atividades extensionistas aos estudantes (Feira das Profissões, feiras regionais, eventos dos cursos, as ações das empresas juniores e outros);
- Alguns cursos realizam coleta de informações e eventos com seus egressos, em que são discutidas suas atividades profissionais;
- Os estágios na maior parte dos cursos estão bem consolidados e regulamentados, apresentando teorias inovadoras, eventos e disseminações durante o processo;
- Algumas licenciaturas estendem as suas atividades práticas de ensino a todas subáreas do curso.

5. CONSIDERAÇÕES DA CPA-UEL

Considerando as devolutivas dos formulários pelos cursos que participaram nesse relatório e os apontamentos anteriormente detectados e descritos no relatório integral da CPA – UEL em 2017, seguem abaixo alguns destaques do relatório da CPA que podem auxiliar na identificação de certas fragilidades na organização dos cursos em sua dimensão didático-pedagógica.

Este relatório de autoavaliação institucional aponta para a necessidade das seguintes ações:

- Promover discussões dos Instrumentos de avaliações de curso, docente, discente e técnico pelos diferentes segmentos da comunidade universitária e institucionalização pelos Conselhos Superiores;
- Discutir políticas de graduação considerando a necessidade de formação multiprofissional, interdisciplinar e incentivando o processo de internacionalização;
- Fortalecer as políticas pedagógicas dos cursos, tendo em vista a implantação da avaliação sistemática com a participação discente;
- Fomentar redes temáticas interdisciplinares e multiprofissionais entre os docentes;
- Integrar pesquisa com o empreendedorismo, gerando ciência, tecnologia e inovação;
- Articular estratégias efetivas para ingresso e permanência de estudantes na graduação;
- Reafirmar e incentivar a extensão como processo acadêmico, vinculando ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento para a formação cidadã;
- Criar estratégias para inserir o egresso na autoavaliação da Universidade;

Da mesma forma, algumas das ações associadas as metas do PDI da UEL, revistas em agosto de 2018, seguem abaixo como destaques, pois serviram de base para CPA realizar recomendações referentes as respostas dos cursos aos indicadores.

- Propor uma política interna que garanta a valorização, equiparação e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Meta II);
- Modernizar e Integrar os Sistemas da UEL (Meta II);
- Promover avaliação e atualização contínua dos projetos pedagógicos dos cursos (Meta III);
- Aprimorar ações visando a flexibilização das matrizes curriculares por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão (Meta III);
- Apoiar e estimular projetos e programas integrados de ensino, pesquisa e extensão (Meta III);
- Aprimorar a definição de atribuições dos Colegiados e dos NDEs (Meta III);
- Consolidar a concepção de extensão como atividade acadêmica, constituindo-se em parte integrante do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo docentes e estudantes, alimentando processos de flexibilidade curricular (Meta V);
- Aprimorar e expandir as ações extensionistas, com ênfase na relação teoria e prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes (Meta V);
- Implementar políticas de graduação, pós-graduação e extensão, considerando a necessidade de formação multiprofissional e interdisciplinar (Meta VI);
- Estabelecer processos internos que envolvem a proposta e execução de projetos em EAD (Meta VII);
- Incrementar as políticas inclusivas e de acessibilidade (Meta VIII);
- Aprimorar os sistemas eletrônicos e os canais de comunicação entre a UEL e os estudantes adequando a capacidade dos equipamentos do portal dos estudantes, permitindo que relatórios, avaliações e formulários possam ser preenchidos on-line e o melhor desenvolvimento de atividades de ensino on-line em novos ambientes de aprendizagem (Meta VIII);
- Dinamizar mecanismos de aproximação entre o egresso e a Universidade (Meta IX);
- Desenvolver políticas de ampliação e consolidação dos cursos de graduação para atender às necessidades locais e regionais (Meta IX);

- Adotar a internacionalização como eixo transversal das ações de ensino, pesquisa e extensão (Meta XIV).

Considerando a metodologia adotada pela CPA e a análise dos dados foram verificados que os cursos encontram dificuldades em implementar a autoavaliação e conseqüentemente atualização contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, considerando que os indicadores acima não são percebidos e executados no âmbito dos cursos de graduação.

Deve ser também destacado que a dificuldade em entregar os Instrumentos devidamente preenchidos e a qualidade das respostas aos indicadores propostos evidenciam alguns problemas que vão desde a dificuldade dos cursos em compreender o papel dos NDEs até questões relacionadas à consolidação de uma cultura da avaliação institucional.

A CPA considera necessário destacar a importância do trabalho que o NDE deve realizar, como pode ser verificado nos artigos da resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010, como apresentada a seguir.

“Art. 1º, O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Art. 2º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;”

De forma geral, foram descritos abaixo observações em detalhes que ilustram a necessidade de discussão do papel do NDE no aprimoramento do PPC dos cursos. Recomendamos que as respostas ao instrumento de autoavaliação precisariam evidenciar:

- Uma descrição precisa sobre o contexto educacional do curso frente as necessidades da região e os mecanismos de inserção do egresso, bem como os cenários das práticas;
- Se as políticas institucionais constantes no PDI estão integradas ao PPC do curso. Não pode ser percebido se existem ações dos cursos para revisão destas políticas;
- Quais atividades e ações descritas no PPC para atingir o perfil profissional, em conformidade com as DCNs do curso de graduação e com o contexto educacional;
- Qual o perfil do profissional pretendido. Deve estar explícito o perfil definido no PPC, em conformidade com as DCNs do curso, com a estrutura curricular, com a existência de componentes curriculares que contemplem as competências e habilidades, além do contexto educacional loco regional no qual se insere o curso;
- Quais os mecanismos de acompanhamento dos egressos na sua atuação profissional não ocorrem de forma plena, considerando o previsto no PDI e Perfil profissional que consta no PPC;
- Se a estrutura curricular contempla a formação geral, formação profissional e a cidadania, bem como a integração curricular, interdisciplinaridade, flexibilidade, compatibilidade de carga horária e articulação entre teoria e prática;
- Se os cursos estão se preparando para garantir a curricularização da extensão, obedecendo o mínimo de 10% da carga horária do curso, de acordo com a meta 12.7 do PNE (Lei N° 13.005, de 25 de junho de 2014). De acordo com a lei, a implantação deste percentual é progressiva e deverá estar totalmente implantado em 2024;
- Quais são os programas/projetos existentes e de que forma estão em consonância com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, definidas no PPC;
- No que se refere à acessibilidade plena, a relação entre a metodologia, as estratégias e atividades educacionais, em especial a ausência de barreiras pedagógicas, atitudinais, digitais e nas comunicações;
- Quais as ações institucionais específicas de cursos para efetivar o apoio ao discente;
- Se na concepção do PPC existe a definição de avaliação, de caráter diagnóstico, formativo e processual, buscando o equilíbrio entre os aspectos qualitativos e quantitativos.
- Se utilizam metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular, considerando o trabalho do NDE;

- Se é garantida a acessibilidade plena nas avaliações, assim como se desenvolve por meio de métodos e instrumentos diversificados, assim como a adequação dos instrumentos de avaliação conforme a natureza das atividades (teórica, prática e de estágio curricular supervisionado);
- A interação entre o egresso e a formação dos estudantes;
- As estratégias adotadas pelo NDE para envolver os egressos e discentes nos processos de avaliação do PPC;

O Regimento Geral da UEL, não inclui o papel do NDE no acompanhamento, processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Desta forma, a CPA recomenda a adequação das regulamentações do colegiado e do NDE.

Da mesma forma, os Projetos Pedagógicos do Cursos (PPCs) devem ser publicizados em sua versão integral, de modo a possibilitar o acesso a docentes, alunos ou qualquer pessoa interessada em obter informações sobre o curso.

A CPA tem conduzido os seus trabalhos na direção de consolidar-se como uma instância propositiva de medidas que são emanadas a partir das respostas ao Formulário de Autoavaliação da UEL, ou seja, atua na reunião, discussão e análise das demandas da comunidade universitária. Compete à CPA apresentar um diagnóstico da real situação, buscando apresentar sugestões de encaminhamentos, que serão discutidos por toda a comunidade universitária, gerando decisões democráticas.

Nesta direção destaca-se a necessidade da comunidade universitária comprometer-se e responsabilizar-se com o processo de autoavaliação institucional, pois este somente se consolidará com as observações e contribuições daqueles que vivenciam as ações previstas/implantadas/avaliadas no PDI, considerando o contexto e as especificidades de cada unidade/subunidade.

Sendo assim, este relatório se constitui como um instrumento de reflexão de toda a comunidade universitária acerca da necessidade da Autoavaliação constante para que os processos de retroalimentação subsidiem o planejamento e a execução, sendo tomado como referência para o planejamento, organização, implantação, avaliação e consolidação de uma IES cada vez mais fortalecida e alinhada às necessidades de sua comunidade acadêmica e, de forma ampliada, da sociedade em geral.